

Bolsa Família elevou níveis de emprego e saúde, aponta estudo

Pesquisa foi realizada pela FGV EPGE, Columbia e Stanford e analisou dados a partir de 2012

A ampliação do Bolsa Família realizada em 2012 contribuiu para aumentar o emprego, reduzir internações hospitalares e diminuir a mortalidade entre famílias em situação de extrema pobreza. A conclusão está em estudo divulgado pelo National Bureau of Economic Research (NBER), elaborado pelos economistas Valdemar Pinho Neto, da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE), Michael C. Best, da Columbia University, e Felipe Lobel, da Stanford University.

A pesquisa avaliou os efeitos da reforma implementada em 2012, quando o governo federal, durante o Governo Dilma Roussef, criou um mecanismo para complementar a renda de beneficiários que permaneciam abaixo da linha de extrema pobreza mesmo após receberem os repasses do programa. O objetivo era garantir que essas famílias alcançassem um patamar mínimo de renda, reduzindo a vulnerabilidade econômica.

Sobre o estudo

O estudo foi publicado em março de 2026 como working paper do NBER e analisou uma das mudanças promovidas no Bolsa Família desde a criação do programa, em 2003. A investigação procurou identificar não apenas efeitos imediatos sobre a renda das famílias, mas também impactos em áreas como trabalho, saúde e gastos públicos. Para isso, os pesquisadores utilizaram uma ampla base de dados administrativos. Foram cruzadas informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), da folha de pagamentos do Bolsa Família, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que reúne dados do mercado formal de trabalho, e do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS).

A metodologia adotada comparou famílias situadas próximas ao limite que definia o acesso ao benefício complementar. Ao observar



Bolsa Família atende 19 milhões de famílias e 49,5 milhões de pessoas em todo o país

grupos posicionados imediatamente abaixo e acima da linha de extrema pobreza antes e depois da reforma, os autores conseguiram estimar os efeitos diretamente associados à ampliação do programa.

Emprego

Os resultados apontaram aumento de 4,8% no emprego entre os beneficiários contemplados pela mudança. Segundo os pesquisadores, a garantia de uma renda mínima pode reduzir dificuldades que comprometem a capacidade de procurar trabalho, manter uma rotina produtiva ou permanecer empregado.

O estudo reforça o conceito de inclusão produtiva, segundo o qual a proteção social pode funcionar como um instrumento para ampliar a participação econômica da população de baixa renda. Nesse contexto, a renda mínima atua como um fator que reduz restrições materiais e cria condições para a busca de oportunidades de trabalho.

A análise sugere que a insegu-

rança alimentar, a falta de recursos para transporte, a dificuldade de acesso a medicamentos e outros custos básicos podem limitar a inserção de pessoas em situação de pobreza no mercado de trabalho. Com uma renda mais estável, parte dessas barreiras tende a ser reduzida.

Saúde

Além dos impactos econômicos, a pesquisa identificou mudanças em indicadores de saúde. A mortalidade entre os beneficiários caiu 14%, resultado que corresponde a mil vidas preservadas, de acordo com as estimativas apresentadas pelos autores. Também foi observada redução na utilização de serviços hospitalares. A probabilidade de internação diminuiu 8%, enquanto o tempo médio de permanência nos hospitais recuou 6%. O levantamento mostrou ainda queda entre 14% e 15% nos custos hospitalares financiados pelo Estado.

Para os pesquisadores, esse re-

sultado demonstra que políticas de transferência de renda podem produzir efeitos indiretos sobre as despesas públicas ao reduzir a necessidade de tratamentos hospitalares. As hospitalizações relacionadas à subnutrição caíram 38%, enquanto os casos associados a doenças infecciosas diminuíram 8%. As internações provocadas por complicações digestivas registraram queda de 9%. Outro resultado observado foi o aumento de 50% nos gastos das famílias com medicamentos.

Sobre o Bolsa Família

Atualmente, o Bolsa Família atende mais de 19 milhões de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único em todo o país, alcançando 49,5 milhões de pessoas. É a principal política de transferência de renda do governo federal. Em maio de 2026, os repasses somaram R\$ 12,9 bilhões, com benefício médio de R\$ 678 por família.

CNC apoia jornada flexível por horas, mas pede mudanças em PEC no Senado

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manifestou apoio, com ressalvas, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 12/2026, apresentada no Senado Federal, que prevê a adoção de um modelo flexível de jornada de trabalho baseado em horas efetivamente trabalhadas. A entidade avalia que a proposta amplia as possibilidades de negociação entre trabalhadores e empresas e oferece alternativas para setores com diferentes necessidades operacionais.

A proposta foi apresentada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) e surge em meio ao debate sobre mudanças nas regras trabalhistas em tramitação no Congresso Nacional. Enquanto a PEC nº 8/2025, que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e

acaba com a escala 6x1, já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e aguarda análise do Senado, a nova PEC propõe um caminho diferente. Em vez de estabelecer um limite único para todos os trabalhadores, o texto permite que empregados e empregadores optem entre o modelo tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e um regime flexível remunerado por horas efetivamente trabalhadas.

Segundo a CNC, o texto tem como principal mérito a valorização da negociação coletiva. Em parecer técnico elaborado por sua Diretoria Jurídica e Sindical, a entidade afirma que a proposta está alinhada ao princípio do negociação sobre o legislado e acompanha o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a validade de acordos e convenções coletivas



PECs sobre jornada de trabalho tramitam no Senado

para disciplinar relações de trabalho, desde que respeitados os limites constitucionais.

Para a confederação, a flexibilização pode atender melhor às características de setores como

comércio, serviços e turismo, que frequentemente operam com sazonalidade, horários ampliados de funcionamento e demanda variável ao longo do ano. A avaliação é de que modelos mais flexíveis permi-

tem soluções adaptadas à realidade de cada atividade econômica, sem impor uma regra uniforme a todos os segmentos produtivos.

Apesar da avaliação favorável, a CNC demonstrou preocupação com o dispositivo que prevê a prevalência do contrato individual sobre acordos e convenções coletivas. Na visão da confederação, esse mecanismo pode enfraquecer a atuação sindical, reduzir a força da negociação coletiva e gerar insegurança jurídica nas relações de trabalho. Por isso, a entidade defende ajustes no texto durante a tramitação da proposta.

A CNC também fez críticas à PEC que reduz a jornada semanal para 40 horas devido às dificuldades de uniformizar segmentos que dependem de escalas diferenciadas e funcionamento contínuo.

Reprodução